

CAMPANHA SALARIAL

Fenaban interrompe negociação sobre assédio moral e frustra bancários

Banqueiros pedem "mais tempo" para avaliar proposta dos bancários. Tema continua a ser tratado nesta terça-feira, dia 9

Na terceira rodada de negociações realizada na segunda-feira, dia 8, o Comando Nacional dos Bancários tinha a expectativa de fechar um acordo para a implementação de uma política permanente de combate ao assédio moral e à violência organizacional dentro dos bancos. Entretanto, os representantes da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) pediram mais tempo para o debate. A decisão dos patrões frustrou as expectativas da categoria, pois os bancários esperavam o fechamento de um acordo sobre o assunto. As negociações continuam nesta terça-feira (9), a partir das 10h. Além do assédio moral, estão na pauta, saúde e condições de trabalho, de segurança bancária e de igualdade de oportunidades.

A demora dos bancos em definir o acordo para o combate ao assédio moral embolou o calendário de negociações. Os sindicatos querem definir este item e questões como saúde, condições de trabalho, segurança, igualdade de oportunidades, emprego e cláusulas renováveis antes do dia 16, quando serão negociadas as cláusulas econômicas.

O QUE QUEREMOS

Os bancários reafirmaram que o assédio moral e a violência organizacional são uns dos principais problemas enfrentados hoje pela categoria nos locais de trabalho. "As metas abusivas



SINDICATO NAS AGÊNCIAS - O Sindicato realiza uma campanha permanente pelo fim do assédio moral e das metas abusivas. Na terça-feira (9) haverá caravana em Madureira, em mais uma atividade da campanha salarial

Fique de olho nas negociações	
Data	Tema
Terça-feira (9)	Assédio moral, saúde, condições de trabalho, igualdade de oportunidades e segurança
16/9 e 23/9	Cláusulas econômicas (reajuste, PLR, pisos salariais, tiquetes, etc)

e a pressão cada vez maior sobre os trabalhadores resultam em um número cada vez maior de funcionários com doenças ocupacionais", adverte o diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato Almir Aguiar.

O presidente em exercício do Sindicato do Rio, José Alexandre, espera que na negociação desta terça-feira os bancos aceitem implementar uma política permanente de combate a essas práticas em suas dependências. "Não dá mais para adiar este debate. Exigimos o fim do assédio moral", cobrou o sindicalista.

AVANÇOS

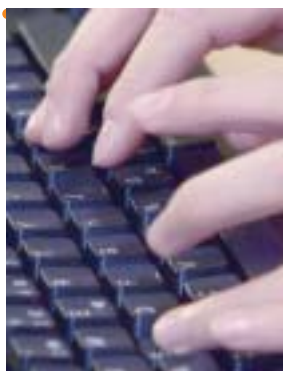
Na segunda rodada de negociação, na semana passada, houve avanços na discussão. Os representantes dos bancos chegaram a concordar com a necessidade de implementar uma política permanente, com o estabelecimento de critérios que sejam levados em consideração as promoções e que as denúncias sobre assédio moral possam ser feitas também aos sindicatos. O Comando Nacional esperava fechar um acordo, mas os representantes dos banqueiros pediram mais tempo, transferindo as discussões para esta terça-feira. "Se não houver acordo, passa a ser embromação. Exigimos seriedade nas negociações", afirma Almir Aguiar.

CEF tenta impor adesão ao saldamento Reg/Replan

Direção da Caixa descumprir acordo firmado com sindicatos e faz pressão para que empregados venham a aderir ao saldamento REG/Replan. Sindicato critica postura arbitrária. Confirma também o calendário das negociações específicas no banco.

2

Acesse o site do Sindicato e confira o resultado das negociações da categoria



www.bancariosrio.org.br

BB desrespeita funcionários e emperra negociações

Banco sequer define acordo para o calendário de negociações específicas. Postura da direção da empresa deixa funcionalismo revoltado.

4

Sindicato repudia ofensivas da Caixa contra empregados

Direção da empresa descumpra acordo, pratica terrorismo e toma medidas unilaterais para obrigar empregados a aderirem ao saldamento REG/Replan

FOTO: NANDO NEVES



O Sindicato não descarta a possibilidade de manifestações e paralisações contra as medidas unilaterais da direção da Caixa que prejudicam os trabalhadores

O Sindicato do Rio repudiou a decisão da direção da Caixa Econômica Federal (CEF) de tomar medidas unilaterais para tentar obrigar os empregados a aderirem ao saldamento REG/Replan do fundo de pensão da Fundação dos Economistas Federais (Funcef). A entidade, junto com os demais sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), enviou na última quarta-feira, dia 3, ofício à presidenta da empresa, Maria Fernanda Ramos Coelho, exigindo que as medidas sejam imediatamente revogadas.

A ofensiva contra os trabalhadores, duramente criticada pelos sindicatos, foi intensificada durante os debates em torno do novo Plano de Cargos e Salários

(PCS), para onde só poderia migrar quem aderisse ao saldamento.

INSEGURANÇA

Outro ataque veio na semana passada, durante a entrega do abaixo-assinado exigindo mais contratações de empregados concursados na empresa, para aliviar a sobrecarga de trabalho, melhorar o atendimento ao público e combater a terceirização no banco. Em reunião com sindicalistas, Maria Fernanda afirmou que a Caixa tem a intenção de retirar o patrocínio do plano Reg/Replan, trazendo grande insegurança aos trabalhadores. “Não aceitamos esta postura arbitrária”, disse o diretor do Sindicato Paulo Matileti. Para

completar, no dia 1º de setembro o banco, através da vice-presidência da Superintendência Nacional de Responsabilidade Social e Empresarial (SNRSE), divulgou um comunicado interno (CI) aumentando o percentual de contribuição dos empregados que permanecerem no Reg/Replan. A adesão ao saldamento termina no dia 5 de setembro. “A Caixa está fazendo um verdadeiro terrorismo contra os trabalhadores. Durante as negociações, o banco assumiu o compromisso com os sindicatos de que a adesão seria voluntária, sem qualquer tipo de pressão”, afirma Matileti. O sindicalista disse ainda que não está descartada a possibilidade de paralisações, caso a direção da Caixa não reveja sua posição.

Definido o calendário de negociação específica

Na última sexta-feira, dia 5, foi realizada em Brasília a primeira rodada de negociação específica da campanha salarial entre o Comando Nacional dos Bancários e a Caixa Econômica Federal. Os trabalhadores cobraram da empresa um processo de negociação menos turbulento que o do ano passado, em que a empresa mostrou-se intransigente na mesa, culminando com a greve dos empregados sob a ameaça de ajuizamento de dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST). No encontro, ficou definido o calendário de negociações específicas (veja quadro ao lado).

No início da reunião foi entregue ao banco a solicitação de prorrogação do Acordo 2007/2008 até a conclusão das negociações atuais. A Caixa concordou em prorrogá-lo até 30 de setembro, e caso seja necessário haverá uma nova prorrogação.

Os bancários voltaram a protestar contra a recente declaração feita pela presidenta da Caixa, Maria Fernanda, de que a empresa tem intenção de retirar o patrocínio do Reg/Replan não saldado. Ao fazer a ameaça aos trabalhadores, a CEF descumpra acordo de que

a migração ao novo plano seria opcional.

A Caixa apresentou ainda o balanço da adesão ao novo Plano de Cargos e Salários (PCS). Segundo o banco, 90% dos empregados teriam feito a adesão.

CRITÉRIOS AVALIAÇÃO DO PCS

Os representantes da Contraf/CUT afirmaram que o andamento das negociações dos critérios de avaliação para promoção por merecimento não está acontecendo como era esperado. Por isso não foi possível fechar um consenso até 31 de agosto, data negociada para a finalização do processo. Foi proposta, e aceita pela Caixa, a prorrogação dos trabalhos até o dia 25 de setembro, com a realização de mais três reuniões, nos dias 11, 18 e 25 de setembro. “Somente com a pressão dos trabalhadores é que seremos capazes de avançar nas negociações. A conquista do novo PCS, refletida na adesão de 90% dos empregados, é um exemplo do poder de mobilização da categoria e de que estamos no caminho certo na condução das negociações com a Caixa”, afirma o diretor do Sindicato Ricardo Maggi.

As datas das negociações

- 12/9** Plano de cargos e carreiras e isonomia para todos;
- 19/9** Auxílio e cesta-alimentação para aposentados e pensionistas, jornada de seis horas para todos e contratação de pessoal;
- 26/9** Democratização da gestão e recomposição do poder de compra dos salários.

As principais reivindicações

Reformulação do Plano de Cargos Comissionados (PCC): Estabelecer um processo semelhante ao ocorrido em 2007 com o PCS. E que ocorra dentro de um prazo preestabelecido para que seja possível propor mudanças que contemplem os interesses dos empregados.

Isonomia: Equiparação de todos os direitos entre os trabalhadores novos e antigos (licença-prêmio, adicional de tempo de serviço, manutenção do salário integral e dos cargos para os empregados que se afastam por motivo de saúde; jornada de seis horas; auxílio e cesta-alimentação para aposentados e pensionistas).

Contratação de mais concursados: Atualmente há 78.172 funcionários na Caixa, de um total autorizado pelo Ministério da Fazenda de 78.524 pessoas, mas este número é insuficiente.

Democratização da gestão: Eleição pelos empregados de um representante no Conselho de Administração e outro no Conselho Diretor da Caixa.

Recomposição do poder de compra dos empregados

Retirada do patrocínio do Reg/Replan

UNIBANCO: DESCASO TOTAL

Obras em agências colocam em risco saúde de bancários e clientes

FOTOS: NANDO NEVES

O Unibanco vem realizando obras em dezenas de agências para dar uma nova roupagem às suas unidades, como parte do esforço publicitário inútil e esquizofrênico de mostrar que nem parece banco. Realizadas com as agências funcionando, com bancários e clientes em meio ao cheiro de tinta, à poeira e a fiações expostas, as reformas só reforçam o que já se sabe: o imenso descaso que o Unibanco nutre por seus funcionários e correntistas.

ACIONANDO A DRT

O funcionamento das agências em condições precárias e insalubres é um



As agências da Serzedelo Correia, em Copacabana, e da Vila Valqueire, na Zona Oeste, estão entre as unidades que passam por reforma. As obras são um risco para a saúde de bancários e clientes

atentando à saúde das pessoas e à lei. “O Sindicato vai acionar a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para que fiscalize as unidades que estejam nesta situação irre-

gular”, afirmou a diretora do Sindicato e membro da Comissão de Organização dos Empregados (COE) Maria Izabel Menezes.

O Sindicato exige que as

agências que passarem por reformas, as obras sejam realizadas fora do horário de atendimento e que o banco garanta as condições para o seu funcionamento exigidas

por lei, respeitando a saúde e a vida de bancários e clientes. “Vamos continuar pressionando de todas as formas para acabar com este descaso”, avisou Izabel.

Real União goleia Real Tabajaras e se classifica para o Torneio dos Campeões

FOTO: NANDO NEVES



O Real União venceu o Real Tabajaras por 4 a 1. O time comemorou o título

A campanha do campeão

Real União	1	X	0	Real Operário
Real União	3	X	1	Real Independente
Real União	4	X	1	Real Tabajaras

Ao vencer as três partidas que disputou, no sábado, o time do Real União conquistou o direito de representar os funcionários do banco na fase final do Torneio dos Campeões, organizado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer do Sindicato. Na final do torneio, a equipe goleou o Real Tabajaras por 4 a 1 (veja no quadro abaixo a campanha do campeão). As duas próximas rodadas classificatórias serão entre times de bancários do Unibanco, no sábado, e do Itaú e Santander, no domingo. A idéia do torneio é reunir as melhores equipes de cada banco. O destaque foi Bruno Suarez, que marcou três dos oito gols da equipe classificada.

Os vencedores da Corrida Rústica



FOTOS: NANDO NEVES

No pódio da Corrida Rústica, os vencedores do masculino: Bruno Brande Fernandes, da CEF (1º lugar); Wiliam Roldrigues, do Real, (2º); e José Alfredo Guedes, da CEF (3º). No feminino, Denir Venechi, da CEF (1º

lugar); Elizabeth de Souza, do BB (2º); e Daniele Ferreira, da CEF (3º). A colocação geral dos atletas, por faixa etária, você encontra acessando o site do Sindicato, a partir de quarta-feira (www.bancarios.rio.org.br).

DESRESPEITO!

Banco do Brasil fica 15 minutos na negociação e não propõe nada

Sindicato repudia postura do banco, que sequer apresentou proposta para o calendário de negociações

O Banco do Brasil teve uma postura desrespeitosa em relação ao funcionalismo, na primeira rodada de negociação, na última quinta-feira, dia 4. Os representantes da empresa se limitaram a concordar com a prorrogação do acordo específico até 30 de setembro. O banco não apresentou nenhuma resposta à minuta de reivindicações, entregue no dia 13 de agosto, nem propôs um calendário de negociações.

“Esta atitude do BB demonstra total desrespeito com aqueles que ajudaram a construir o lucro histórico do banco, no último semestre, de quase R\$ 4 bilhões, um crescimento de 61% em relação ao mesmo período do ano passado”, afirmou Naide Ribeiro, diretor do Sindicato e mem-



bro da Comissão de Empresa, que participou da negociação. O dirigente acrescentou que, desta forma, o banco está empurrando o funcionalismo

para uma greve histórica, nos 200 anos do BB. “Na festa dos 200 anos, os funcionários não estão sendo convidados e darão uma resposta à altura”, avisou.

PREVI

Na véspera, houve negociação sobre a Previ, o fundo de pensão dos funcionários, sobre o superávit no exercício de 2007, entre as entidades do funcionalismo (Comissão de Empresa, Anabb, Apabb e AAFBB) e o banco. A Comissão de Negociação reafirmou as prioridades dos associados: negociação de um reajuste extraordinário para os aposentados e pensionistas, incorporando este índice a futuras aposentadorias, com patamar mínimo de R\$ 500; reajuste no percentual das pensões; e aumento do teto de benefícios para 100% da média salarial da ativa. A próxima rodada acontece na próxima quinta-feira.

Quem luta, conquista!

Este ano, 86% das categorias repuseram a inflação ou tiveram aumento real. Agora, é a vez dos bancários

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), de 309 acordos salariais fechados pelas categorias de trabalhadores de todo o país que têm data-base no primeiro semestre do ano, 85,8% recuperaram o poder de compra ou tiveram aumento real de salário (73,5% tiveram aumento real e 12,3% foram reajustados pelo INPC). O estudo foi divulgado pelo Dieese em entrevista coletiva concedida na última quinta-feira, dia 4, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf/CUT), em São Paulo. A divulgação foi acompanhada por todas as centrais sindicais. Apenas 14,2% das categorias tiveram reajuste abaixo do INPC-IBGE, segundo a pesquisa.

O percentual de reajustes igual ou superior à inflação é menor que o verificado nos dois últimos anos, que foi em torno de 96%, mas é

superior aos registrados entre 1996 e 2005. “O aumento da inflação nos primeiros meses do ano, embora não significativo, repercutiram nos resultados dos acordos salariais”, ponderou o economista José Silvestre Prado de Oliveira, coordenador de relações sindicais do Dieese, que apresentou o estudo.

MOBILIZAÇÃO É O SEGREDO

Se depender dos banqueiros, os bancários não vão conquistar um reajuste digno, que garanta a reposição da inflação e aumento real de salários. Em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo* de 31 de agosto (domingo), Fábio Barbosa, presidente do grupo Santander-Real e da Febraban, repetiu a velha ladainha patronal de que aumento de salário gera mais inflação. “A inflação está mostrando sinais de desaceleração, o que é muito bom. Estamos

vivendo agora uma época de reajustes salariais e é importante que eles não contaminem a economia e dificultem esse processo de desaceleração de preços”, declarou cinicamente Barbosa.

O presidente em exercício do Sindicato, José Alexandre, rebate a declaração do banqueiro. “Aumento de salário só faz bem à economia do país, pois gera distribuição de renda e contribui com o crescimento econômico. Nós, bancários, não vamos abrir mão de aumento real de salário”, disse. O sindicalista lembra também que somente com luta os trabalhadores conseguem melhores condições de vida e de trabalho. “Em todas as categorias a lição é a mesma. A conquista de aumento real de salários depende da mobilização dos trabalhadores junto aos sindicatos. A mobilização dos bancários será fundamental para arrancarmos um acordo coletivo justo”, afirma.

Metalúrgicos exigem que navios da Petrobras sejam feitos no Brasil

Mais de quatro mil metalúrgicos de estaleiros de todo o estado fizeram uma paralisação, na quinta-feira, seguida de passeata e ato em frente ao edifício-sede da Petrobras, na Av. Chile. Querem que o governo federal e a estatal cumpram o compromisso de construir no Brasil navios e plataformas para a exploração de petróleo.

No governo FHC, as encomendas eram feitas em sua maioria a estaleiros navais do exterior. Com a posse de Lula, navios e plataformas passaram a ser feitos no Brasil. Porém, contrariando a orientação de Lula, várias encomendas estão para ser feitas a empresas instaladas fora do país, provocando a demissão de mais de 3.500 trabalhadores no Estado do Rio.

Os metalúrgicos cobram a assinatura imediata do con-



Mais de quatro mil trabalhadores participaram da passeata dos metalúrgicos, que cobraram do governo Lula a promessa de que navios e plataformas seriam construídos no Brasil

trato de construção da plataforma P-62, no estaleiro Mauá, em Niterói; de 13 navios, no Rio; e o arrendamento dos diques do Caju para a construção de navios. “Por ser uma empresa do povo brasileiro a Petrobras tem a obrigação moral de fazer suas obras no Brasil”, afirmou o diretor do Sindicato Renato Luís Pereira.